

**III Congresso Internacional e V Nacional Africanidades e
Brasilidades em Educação 23, 24 e 25 de novembro de 2020
Universidade Federal do Espírito Santo. GT Africanidades e
Brasilidades em Direitos Humanos e Políticas Públicas**

**SIGNIFICADOS E SENTIDOS DAS COTAS RACIAIS COMO MEIO
DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

Edmundo Fernandes Souza Filho¹
Edna Martins²

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de discutir os sentidos e significados das cotas raciais e apresenta como referencial teórico a Psicologia Histórico Cultural de Vigotski e colaboradores. Participaram da pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas, estudantes que optaram pela reserva de vagas para acessar o ensino superior e se autodeclararam pretos ou pardos, assim como professores e membro da equipe de gestão da universidade pesquisada. Quanto aos resultados, notam-se significados e sentidos variados acerca das cotas raciais como forma de ingresso na universidade. Enquanto os alunos percebem as cotas como a consolidação de direitos decorrentes de lutas históricas por igualdade, os docentes indicam posicionamentos marcados pelas concepções de miscigenação da população brasileira e mito da democracia racial. Observa-se a necessidade de ampliar as discussões acerca das cotas raciais a fim de favorecer a permanência e o êxito da população negra no ensino superior.

¹ Mestre; Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: edmundo.souzafilho@gmail.com

² Doutora; Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: emartinsunifesp@gmail.com

³ Este artigo reúne fragmentos da dissertação de mestrado em educação, intitulada “Significados e sentidos do acesso e permanência no ensino superior: um estudo sobre as cotas raciais a partir da teoria histórico-cultural”, desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Edna Martins, na Universidade Federal de São Paulo.

Palavras-chave: Reserva de Vagas; Questões Étnico-Raciais; Teoria Histórico-Cultural; Ensino Superior.

Introdução

Segundo Martins e Geraldo (2013) a questão das desigualdades entre negros e brancos apresenta-se, nos dias atuais, como um tema relevante em agendas científicas e governamentais, principalmente no que diz respeito à elaboração de políticas proponentes de ações afirmativas. Tais medidas têm o objetivo de extinguir “desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros” (SANTOS, 1999, p.25).

No campo da educação, a aprovação da Lei de Cotas apresenta-se como uma conquista do movimento negro e uma medida fundamental no sentido de propiciar condições equânimes aos estudantes. A Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, preconiza a reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para os estudantes procedentes de escolas públicas. Destas vagas, 50% (cinquenta por cento) devem ser preenchidas por estudantes provenientes de famílias com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio). Tais vagas, por sua vez, são reservadas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas em conformidade com a proporção destes segmentos populacionais na Unidade da Federação onde está localizada a instituição com base no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Lei de Cotas justifica-se incontestavelmente no cenário nacional marcado por desigualdades significativas entre negros e brancos nos mais diferentes indicadores sociais. Tal disparidade é observada sobretudo na área da educação, impactando de forma singular nas características demográficas e socioeconômicas da população brasileira. Níveis educacionais baixos estão relacionados com reduzidos níveis salariais, poucas oportunidades de mobilidade social e prejuízo nas possibilidades de participação política, dentre outras dificuldades (IBGE, 2015).

Considerando-se o período entre 2001 e 2012, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, é possível constatar que a escolaridade das pessoas pretas e pardas alcançou patamares maiores com a diminuição dos diferenciais em relação à população branca. No entanto, “verifica-se que a população negra ainda experimenta desvantagens no acesso à educação, com maior atraso escolar e escolaridade um tanto menor que a da população branca” (IPEA, 2014, p. 22). Estas desigualdades têm relação com fatores variados, como a renda familiar e acesso a bens públicos.

No que se refere ao ensino superior, em 2012, observam-se taxas de escolarização de negros (9,6%) expressivamente inferiores às de brancos (22,2%), conforme análise do IPEA (2014). Assim, mesmo com as políticas que visam favorecer a diversidade no âmbito educacional, as instituições de nível superior apresentam uma inserção desigual de alunos autodeclarados pretos e pardos. Esta conjuntura parece vincular-se diretamente à discriminação racial que resulta em práticas preconceituosas no interior das escolas e segregação espacial da população negra no território brasileiro (ROSEMBERG, 1998).

Embora ocupem menos vagas, muitas podem ser as expectativas dos estudantes negros em relação à obtenção do nível superior. Para alguns desses estudantes, o êxito educacional representa possibilidades de ascensão social e inserção qualificada no mercado de trabalho. Por conseguinte, suas concepções a respeito da educação, correlacionadas com as questões étnico-raciais no campo educacional, apresentam-se como pontos a serem explorados. Da mesma forma, a perspectiva dos docentes e da equipe de gestão dos estabelecimentos de ensino em relação à reserva de vagas e ao estudante cotista, podem impactar no processo de ensino-aprendizagem e nas ações institucionais com interferência direta nas possibilidades de permanência exitosa dos discentes cotistas.

Com base nestas considerações iniciais, o objetivo do presente estudo é discutir os significados e sentidos atribuídos às cotas raciais como meio de acesso ao ensino superior. Utiliza-se como fundamentação teórica a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski e colaboradores que tem como método o materialismo histórico dialético proposto por Marx.

Para Vigotski (2007), as relações sociais são fundamentais na formação do indivíduo. Apesar de não ter produzido discussões específicas acerca das

questões étnico-raciais, suas ideias a respeito do desenvolvimento humano, especialmente no que se refere à linguagem e às interações sociais como condições humanizadoras, podem contribuir de maneira significativa para a compreensão desse fenômeno em seus diversos aspectos (MARTINS; GERALDO, 2013).

Um conceito essencial para as discussões realizadas neste estudo, é o conceito de “sentido” que aparece inicialmente na obra de Vigotski, quando o autor investiga as relações entre o pensamento e a linguagem. Posteriormente, é apropriado por Leontiev que o chama de “sentido pessoal”, relacionando-o com a atividade e consciência humana (ASBAHR, 2014). Ao discutir a questão, Vigotski (2009) diferencia sentido e significado, indicando sua relação. Para o autor, o sentido é marcado pela dinamicidade e fluidez, enquanto o significado possui certa estabilidade e exatidão: “[...] em contextos diferentes, a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos” (p.465).

Nessa perspectiva, Sousa & Sousa (2009, p. 6) procuram destacar e oferecer exemplos de tal diferenciação:

[...] os significados diferenciam-se dos sentidos por serem coletivizados. Mesmo que no texto de Vigotski não sejam fornecidos exemplos das diversas formas que os significados podem ter na subjetividade e nas relações sociais, pode-se dizer que representações e ideologias compartilhadas por um grupo ou uma comunidade são exemplos dessa maior estabilidade atribuída ao significado.

Todavia, destaca-se a relação dialética mantida entre os significados e sentidos, visto que não se tratam de categorias estanques ou inteiramente separáveis. Se existe significado, existe sentido, e o contrário também é verificado. Tanto um quanto o outro estão em construção e evidenciam processos, constituídos historicamente e socialmente, repletos de interesses, afetividades, necessidades e aspirações (SOUSA; SOUSA, 2009).

De acordo com Zanella et al. (2007), os significados e sentidos, resultados das complexas relações sociais, são produzidos por meio da atividade que é caracterizada pelos percursos e experiências de cada indivíduo e de todos os membros da sociedade, bem como da conjuntura histórica que vivenciam. Assim,

é preciso considerar o processo de discriminação histórica que atinge à população preta e parda, assim como o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, como fatores fundamentais para a constituição dos sujeitos e para a natureza das relações estabelecidas. Portanto, em quaisquer discussões sobre as diferenças entre negros e brancos, especialmente no âmbito da educação, deve-se levar em conta os impactos da discriminação racial nos caminhos percorridos.

Método

O presente estudo possui natureza predominantemente qualitativa. Para a obtenção dos dados que fundamentaram as discussões foi realizada uma pesquisa de campo em uma instituição de nível superior da Rede Federal de Educação. Como instrumento principal, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas que permitem aos sujeitos discorrerem sobre o tema pesquisado sem se prenderem às perguntas apresentadas.

A pesquisa contou com a participação voluntária de 6 (seis) estudantes, 3 (três) professores de diferentes áreas acadêmicas e 1 (um) membro da equipe de gestão da universidade. Os alunos estavam no segundo semestre dos respectivos cursos, uma vez que se estabeleceu como critério a participação de estudantes que tinham a vivência de um semestre na instituição e que foram aprovados no primeiro período. Dessa forma, os discentes puderam contribuir com informações sobre a experiência do curso e condições de acesso e permanência.

Ressalta-se que todos os nomes dos participantes citados a seguir são fictícios e estão acompanhados da respectiva autodeclaração em relação à cor/raça. No caso dos estudantes, os registros também são acompanhados das idades.

Significados e sentidos das cotas como meio de acesso à universidade

Em relação aos resultados do estudo, no que diz respeito à discussão sobre os significados e sentidos das cotas como meio de acesso à universidade, foram identificadas “zonas” de maior estabilidade nos discursos dos estudantes, professores e membro da equipe de gestão. São notórios os significados socialmente compartilhados pelos diferentes atores escolares: enquanto os alunos percebem as cotas como um direito a ser usufruído, os docentes ressaltam

o aspecto legal, a necessidade de respeitar e cumprir a legislação apesar de não concordarem inteiramente com a “distinção” entre os alunos de cor/raça diferentes e apresentarem críticas ao sistema de cotas.

Do mesmo modo, nas falas dos alunos percebem-se especificidades, “zonas” de menor estabilidade, claramente influenciadas por aspectos das histórias de vida particular e do meio onde conviveram. O discente Wagner (preto, 24a), que demonstrou estar mais apropriado de discussões de natureza étnico-racial durante a entrevista, entende as cotas como “necessárias”, “obrigatórias”, como um “dever do estado” em virtude das desigualdades vivenciadas pelas pessoas negras.

Mas assim, eu vejo (as cotas) como necessárias e eu vejo sim como obrigatórias. [...] Vejo como um direito. Na verdade, vejo como um dever do Estado, mas como eles não têm essa visão ainda, a gente aceita como um direito nosso. Mas tudo aí que nós somos submetidos desde crianças, é bem difícil você esperar que eu tenha a mesma desenvoltura de quem foi de carro para a escola o tempo inteiro, de alguém que... a própria questão social em si, é muito pretensioso você esperar que eu seja tão educado e tão sociável quanto alguém que nunca foi enquadrado na vida (Wagner, preto, 24a).

Outros discentes entendem as cotas como uma forma de “redenção” por parte do Estado devido aos motivos históricos; uma maneira de preparar e colocar mais pessoas no mercado de trabalho; um meio de favorecer o acesso de pessoas negras à universidade em razão de enfrentarem mais dificuldades no percurso escolar, seja pelas mazelas características do ensino público ou por necessidade de contribuir financeiramente com suas famílias, o que reduz as chances de estarem em condições de igualdade:

Eu acho que é meio que uma maneira de tentar se redimir. Desde antes... desde o descobrimento. Não que eu seja totalmente a favor, como eu falei né. Acho que é uma questão econômica também. Mas eu acho que é uma maneira meio de se redimir. Se redimir por tudo que os negros sofreram e repercute até hoje, de forma negativa (Ellen, parda, 24a).

Tá sendo uma ajuda, sim. Na minha opinião, pensando do jeito que está sendo tratada hoje, foi uma forma de colocar mais gente no mercado de trabalho. Como qualificação [...] já é um diferencial muito grande, mesmo tendo ainda um número pequeno de negros na universidade. Mas já é um começo (Juliano, preto, 22a).

Eu acho que a parte de cotas é muito importante porque normalmente nas universidades existem muitos brancos. Então, normalmente os negros estão inseridos em periferias, em escolas públicas, que tem muitas dificuldades. Então, a cota é uma oportunidade a mais para ele conseguir ingressar. Os negros acabam sempre ficando para trás pelas condições que eles tiveram no ensino que é ruim. Pra mim é muito importante porque sem ela eu não estaria aqui (Lúcia, preta, 36a).

Eu me coloco principalmente no lugar das outras pessoas que não tiveram condição de ter um ensino de qualidade. Lá em Pernambucano, com as cotas que tive, todo ensino era muito bom. Quem não tem, por exemplo, que estuda em escola pública, em escola pública precária no ensino, que não consegue às vezes estudar sozinho também por conta que tem de trabalhar para conseguir o sustento, essa pessoa está bem menos preparada do que uma pessoa que está ali se dedicando apenas para estudar (Ricardo, pardo, 22a).

Um outro aluno chamado de Vitor (preto, 18a), por sua vez, posiciona-se de forma contrária às cotas raciais, pois considera que as desigualdades presentes na sociedade são restritas à questão social. Apesar de não concordar com a reserva de vagas associada com o quesito cor/raça, o estudante fez a opção por se tratar de um “direito”. Este direito é exercido também pelos demais alunos autodeclarados pretos e pardos no momento de inscrição para o Sisu.

Das cotas de um modo geral eu penso que sim, o povo sofreu muito. Mas eu acho que hoje em dia não há mais, digo, a necessidade de ter cota racial. Digo que tem que ter a necessidade de cota social porque eu vejo muitas pessoas com mais dificuldades que eu, que tiveram uma educação pior que a minha e que não tem a minha cor, às vezes é branca, loira do olho azul. Muitas vezes essas pessoas também estão sofrendo e ninguém tá dando uma atenção maior.

E eu vou ser bem sincero, mesmo não concordando, é um direito, é um direito meu e eu coloquei mesmo sendo (contra). [...] (Vitor, preto, 18a).

Verifica-se no decorrer da entrevista que este aluno acredita que as pessoas não são discriminadas no âmbito educacional, ao mesmo tempo que reconhece que o racismo representará uma dificuldade importante na disputa por uma vaga no mercado de trabalho. No seu discurso também é possível perceber outras contradições. O mesmo estudante identifica-se como o único aluno “preto e pobre” da turma de Tecnologia em Automação Industrial e aponta que o corpo docente desta graduação é formado por, exclusivamente, professores brancos e amarelos.

Sabe-se, a partir da teoria histórico-cultural, que as pessoas nascem em um mundo simbólico, onde os indivíduos controlam a si próprios e o seu ambiente a partir dos significados partilhados. A interação tem uma função essencial no estabelecimento dos significados culturais e contribui para que o sujeito construa um sistema de significação particular em virtude do contato com os outros de seu meio cultural, como os professores, colegas e familiares.

Assim, a posição do estudante Vitor (preto, 18a) pode ter sido resultada de uma formação alienante decorrente dos significados compartilhados nos grupos que participou e das relações estabelecidas socialmente e do chamado “discurso

social”, veiculado pela mídia e redes sociais, por exemplo. O professor e o material utilizado nas discussões em sala de aula também podem interferir nas verdades construídas pelos estudantes. Além disso, como será abordado a seguir, os docentes da instituição pesquisada também apresentam críticas ao sistema de cotas raciais.

No caso dos docentes entrevistados, observa-se também a presença de sentidos variados. As cotas não são vistas como uma alternativa positiva para a resolução do problema, mas como uma “estratégia política” para conseguir adeptos do então Governo da Presidente Dilma Rousseff (1 de janeiro de 2011 – 31 de agosto de 2016); como única opção para lidar com a desigualdade social e racial apesar de dividir pessoas em raças; como uma ação que ajuda pessoas consideradas carentes, porém injusta devido à miscigenação existente no Brasil. Do mesmo modo, é possível perceber a incompreensão e o desconhecimento sobre aplicação da lei, segmentos contemplados e condições de participação, bem como a negação de um direito conquistado em razão de debates e lutas históricas por justiça social.

*Por um lado, ela é boa porque acaba ajudando algumas pessoas que não tem condição e, por outro lado ela é ruim, porque acaba tirando vaga de pessoas que não entrariam nas cotas, mas também são necessitadas. Então, se eu pesar os dois lados, eu acho que ela não é boa. Acho que foi uma **maneira do governo** que implantou isso na época trazer algumas pessoas para o seu lado. No Brasil, eu não vejo que precise disso (Prof. Roberto, branco, grifos do autor).*

*Quando eu era estudante, eu não gostava muito dela. Eu achava que era uma lei... enfim... eu não achava muito justo você dividir as pessoas entre negros, pardos, brancos, pobres, ricos, etc. Na verdade, eu não gosto muito dessa lei, mas eu acho que ela é a **única alternativa** que se tem numa sociedade que é muito desigual. Então, você tem cotas porque, pois você não consegue soluções para colocar as pessoas na universidade, para colocar as pessoas com acesso a determinadas coisas. (Prof. Cláudio, branco, grifos do autor)*

*Há um entendimento do governo que esse grupo “coitado” ficou isolado do processo, onde a nação mais forte veio por cima e não deu oportunidade para eles. [...] Só que eu (considero) ela tá indo para um limite no nosso caso em particular que há uma **mistura**, uma **miscigenação** muito intensa no Brasil (Prof. Armando, amarelo, grifos do autor).*

Percebe-se nas falas dos docentes a presença de elementos fomentadores do mito da democracia racial e críticas relacionadas com a chamada racialização de políticas públicas. Os argumentos sobre a presença da mestiçagem e a dificuldade em dividir pessoas em raças pode ser notado nas passagens apresentadas. Guimarães (1999) discute como este ideário antirracista está

fortemente cristalizado no modo de ser do brasileiro, uma vez que se tornou comum a concepção de que as diferenças em relação às oportunidades de vida são decorrentes das classes sociais.

Embora as raças não existam do ponto de vista biológico, elas são orientadoras de formas de classificação e identificação influenciadoras de atitudes e ações que repercutem em contrastes marcantes em termos de indicadores sociais relacionados com a população negra e representam um construto teórico importante para a discussão do racismo e da discriminação que atinge os pretos e não brancos.

O olhar do membro da equipe de gestão participante, por sua vez, merece uma análise diferenciada, apesar de aproximações com os posicionamentos dos professores supracitados. Para o integrante da Direção Geral da universidade, as cotas são percebidas como um “mal necessário”. Existe um discurso de defesa da reserva de vagas em função da necessidade “nivelar oportunidades” numa sociedade onde as pessoas de “classes mais baixas” têm “menos condições”. Todavia, inicialmente, a posição apresentada é contrária às cotas por motivos raciais. Novamente é notório o entendimento e priorização da “questão social” como causadora de iniquidades.

Eu acho que a Lei de Cotas, como eu falei, é uma forma de nivelar as oportunidades, entre aqueles que tiveram mais oportunidades na vida e àqueles que tiveram menos oportunidades, menos condições. (...) Se for até pensar, eu sou até um pouco contra a cota racial

*(...) Então, a base da cota não é a cor, é a escola pública. Então, eu determino que a escola pública é a prioridade, quer dizer, o aluno oriundo da escola pública, porque é o aluno que normalmente tem menos recursos. Agora, nas outras categorias, eu acho que não haveria **necessidade de se diferenciar**, por exemplo, o indígena, o negro. (Prof. Mauro, branco, grifos do autor).*

O relato inicial do membro da equipe de gestão remete ao intento de eliminar a variável raça do plano interpretativo da realidade a fim de privilegiar exclusivamente o pertencimento socioeconômico. De acordo com Rosa (2007) esta é uma manifestação da tentativa de desvalorizar as discussões sobre a importância das categorias raciais para se compreender as desigualdades materiais constatadas no Brasil.

Ao ser questionado sobre a existência de preconceito racial na sociedade brasileira e a respeito de possíveis diferenças nos percursos educacionais de negros e brancos, o próprio entrevistado, ao contrário dos outros docentes,

aparenta fazer reflexões e mudar o posicionamento quanto à justificação da reserva de vagas para autodeclarados pretos e pardos. Existe o reconhecimento de motivos históricos e a constatação de que as pessoas negras estão entre as mais pobres do Brasil.

Existe muito (preconceito racial). É um grande engano, um grande engodo, achar que não somos um país preconceituoso. Acho que nós somos sim. Mesmo que seja embutido. [...] o aluno negro, até se for pensar por esse ponto, eu tenho que concordar também com as cotas para os negros, que é justamente essa questão, uma questão histórica, né. Nós temos um déficit histórico para com a raça negra, as pessoas com a raça negra (Prof. Mauro, branco).

A modificação do ponto de vista supracitado parece ter relação direta com a atividade profissional exercida pelo membro da equipe de gestão. Conforme Leontiev (2004), atividade e consciência formam a unidade dialética para explanação do psiquismo humano. Como componente da Direção Geral, existe um contato acentuado com reflexões acerca do cotidiano educacional, bem como a necessidade de refletir sobre temáticas inclusivas que afetam as diferentes parcelas da população universitária.

Considerações finais

O acesso à universidade representa uma grande conquista e a consolidação de direitos para o estudante negro que ingressa no ensino superior por meio das cotas. Todavia, a entrada na graduação precisa ser acompanhada de condições de permanência e êxito. Para tanto, são necessárias políticas governamentais e institucionais que envolvam aspectos diversificados, como a suplementação escolar, moradia e alimentação estudantil, entre outros elementos que constituem a dimensão pedagógica, social e psicológica dos educandos, assim como investimentos voltados para o sistema educacional público, onde se encontra a maioria da população pobre e negra.

Notam-se os diferentes sentidos atribuídos às cotas raciais como forma de acesso à universidade, destacando-se a relação dos docentes brancos com o tema e os posicionamentos marcados pelas concepções da miscigenação como elemento propiciador de condições sociais equânimes e da percepção do racismo como fator inexistente ou irrelevante nos percursos estudantis.

Por conseguinte, entender as especificidades das trajetórias educacionais, influências familiares e projetos de vida dos alunos cotistas surge como uma

ferramenta importante para as instituições de nível superior em termos de instrumentalização dos educadores com vistas à elaboração de estratégias para favorecer a permanência destes estudantes.

Referências bibliográficas

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 18, n. 2, p. 265-272, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000200265&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182744>.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1-2.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2008.

LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARTINS, E. ; GERALDO, Aparecida das Graças. A influência da família no processo de escolarização e superação do preconceito racial: um estudo com universitários negros. *Revista de Psicologia Política*, v. 13, p. 55-73, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade social no Brasil. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998. p. 73-91.

SANTOS, H. et al. *Políticas públicas para a população negra no Brasil*. ONU, 1999.

SOUSA, Lívia Mesquita de; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão-exclusão. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 4-17, mar. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-8932009000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2017.

VIGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente*. 7ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A construção do pensamento e da linguagem*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ZANELLA, A. V. et al. Questões de método em textos de Vigotski: contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia e Sociedade*, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 25-33, 2007.